

1 CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA-
2 CEAS/SC Aos vinte e quatro dias do mês de abril no Teatro Juarez Machado, Centro
3 de Eventos Cau Hansen, na cidade de Joinville foi realizada a terceira plenária ordinária
4 do ano de dois mil e treze e a primeira reunião plenária descentralizada e ampliada
5 deste conselho sobre a coordenação da Presidente do CEAS, Sra Solange Bueno. A
6 Presidente refere que quando foi pensado essa reunião plenária descentralizada e
7 ampliada existia a proposta de se fazer oficinas com salas para trabalhos em pequenos
8 grupos bem como uma plenária em que os participantes estivessem mais próximos, no
9 entanto não foi possível devido a estrutura. Essa plenária tem uma pauta única já
10 deliberada pelo conselho que são as Conferências de Assistência Social. Iniciaremos
11 com a apresentação dos conselheiros e possíveis informes que podem ser feitos no
12 momento da apresentação e posteriormente a exposição pela Conselheira Vania sobre
13 a IX Conferência de Assistência Social. Iniciada a apresentação: Conselheira Titular
14 Vânia Fátima Guareski Souto representante da Federação Catarinense dos Municípios
15 – FECAM que informa que dia 15,16 e 17 de maio haverá o Seminário Estadual de
16 Assistência Social em Florianópolis promovido pela FECAM; Conselheira Titular Simone
17 Cristina Vieira Machado representante da Secretaria de Estado da Assistência Social,
18 Trabalho e Habitação – SST; Conselheiro Titular Jerônimo Luiz Duarte Maia
19 representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação –
20 SST; Conselheira Suplente Fabiana Viera representante da Secretaria de Estado da
21 Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Titular Iara Rosane Vargas
22 Paes representante da Pastoral da Criança; Conselheira Titular Livia Maria Fontana
23 representante do Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina – SINPSI/SC traz como
24 informe aos participantes do município de Florianópolis que no dia 06 de maio haverá
25 uma audiência pública sobre a Lei Municipal do SUAS; Conselheira Titular Kelly
26 Aparecida dos Santos representante do Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA;
27 Conselheira Titular Glorisse Lurdes Benincá representante da Secretaria de Estado da
28 Agricultura – SAR; Conselheira Titular Sonia Maria dos Santos Fernandes representante
29 da Secretaria de Estado de Educação SED; Conselheira Titular Carolina de Correa
30 Marques representante do Fórum Estadual Permanente de Assistência Social – FEPAS;
31 Conselheira Titular Maria Antônia Carioni Carsten representante da Cáritas Brasileira
32 Regional de Santa Catarina; Conselheiro Suplente Jadir Fagundes Machado
33 representante do Conselho Regional de Psicologia – CRP/SC e Coordenador da
34 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social e como
35 informe agradecemos aos municípios que estiveram presentes e que estaremos
36 fazendo uma consulta sobre a avaliação dessa plenária; Conselheira Suplente Ana
37 Paula Medeiros e Silva Vicente representante da Federação Catarinense dos
38 Municípios – FECAM faz um convite aos gestores para estar em Biguaçu no dia 29 de
39 abril onde haverá uma reunião do colegiado de gestores da política de assistência
40 social e também a reunião da Comissão Intergestores Bipartite CIB que acontecerá na
41 Univalli Campus B; Conselheira Titular Elaine Carmelita Piucco representante da
42 Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE; Conselheira Suplente Monica
43 Moraes representante da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE;
44 Conselheiro Titular Sergio Maurici Bernardo representante da Central Única dos
45 Trabalhadores – CUT, e como informe coloca que a CUT e as demais centrais de
46 trabalhadores estarão realizando no dia 08 de maio na capital a marcha dos
47 catarinenses em defesa de um trabalho descente e pelo fim da terceirização,

48 Solicitação de que nos certificados sejam incluídos a carga horária e programação no
49 verso, pois são itens necessário para avaliação de progressão do servidor; Conselheiro
50 Suplente Amilton Gonçalves representante da Sociedade Espírita Obreiros da Vida
51 Eterna – SEOVE. A Conselheira Presidente traz alguns informe sobre a IX Conferência
52 Estadual de Assistência Social em que a mesma já esta sendo organizada, já existe uma
53 Comissão Organizadora deliberada por meio de resolução,mas devido a pequena
54 estrutura ainda precisamos avançar na organização.Ressalta a importância dos
55 Conselhos Municipais criarem um email institucional e de atualizá-los junto ao CEAS,
56 facilitando a comunicação. A Comissão Organizadora da Conferência já analisou a
57 minuta de convocação da IX Conferência Estadual de Assistência Social, que será lida
58 para deliberação. Antes de iniciar a leitura da minuta a Conselheira Presidente coloca
59 que o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social em
60 Florianópolis havia solicitado um espaço pela manhã mas como não foi possível o
61 mesmo irá fazer nesse momento, bem como a diretora Simone que tem informações
62 sobre a capacitação referentes aos Planos de Assistência Social. Simone passa a
63 palavra para a gerente de Política de Assistência Social, Sra Katia que tem maiores
64 informações. Esclarece que a Licitação foi concluída. Uma única empresa compareceu
65 no processo. Itens licitados: professores e material. O espaço físico ainda não foi
66 fechado. Alteração do Calendário: final de maio, início de junho/2013. Os Planos
67 Municipais deverão ser entregues até 30 de setembro. A capacitação será para
68 elaboração dos Planos Municipais e Contadores. Para O CapacitaSUAS será feita
69 licitação. Serão realizadas em 3 grandes pólos e a SST pede apenas o compromisso
70 dos gestores municipais para levarem seus trabalhadores. Dando continuidade o
71 Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social de Florianópolis
72 retrata as experiência da Frente e conquistas a partir da mobilização da Frente. Refere
73 que houve a construção de uma Minuta da Lei do SUAS e que a mesma está em
74 processo de aprovação. Colocou-se a disposição para socializar com os demais
75 municípios. Dando continuidade a secretaria executiva procedeu a leitura da minuta
76 sobre a convocação da IX Conferência Estadual de Assistência Social: PORTARIA
77 CONJUNTA CEAS/SST Nº 01 de 24 de abril de 2013 Dispõe sobre a convocação da IX
78 Conferência Estadual de Assistência Social e dá outras providências.O Conselho
79 Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de
80 acordo com o disposto no artigo 2º, inciso XI, da Lei Estadual nº 10.037 de 26 de
81 dezembro de 1995, e em conjunto com a Secretaria de Estado da Assistência Social,
82 Trabalho e Habitação.RESOLVE:Art. 1º: Convocar a IX Conferência Estadual de
83 Assistência Social com o fim de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor
84 novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único
85 de Assistência Social (SUAS). § 1º: A IX Conferência Estadual de Assistência Social
86 realizar-se-á no período de 08 a 10 de outubro de 2013. § 2º: A IX Conferência Estadual
87 de Assistência Social terá como tema geral "A Gestão e o Financiamento na efetivação
88 do SUAS". Art. 2º: Os municípios deverão realizar as suas conferências municipais de 8
89 de maio a 9 de agosto de 2013; Art. 3º: O Conselho Estadual de Assistência Social -
90 CEAS/SC, e a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST
91 ficam encarregados de tomar as providências necessárias para o cumprimento do
92 objeto desta Portaria.Art. 4º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
93 Florianópolis, 24 de abril de 2013. JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA, Secretário de Estado
94 de Assistência Social, Trabalho e Habitação, SOLANGE BUENO, Presidente do Conselho

95 Estadual de Assistência Social – CEAS/SC. Em regime de votação foi aprovada por
96 todos. Nesse momento a Conselheira Vânia faz apresentação referente às
97 Conferências : TEMA “A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS” OBJETIVO
98 GERAL Analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para
99 gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a
100 corresponsabilidade de cada ente federado. EIXOS 1. O cofinanciamento obrigatório da
101 assistência social; 2. Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processos de
102 planejamento, monitoramento e avaliação; 3. Gestão do trabalho; 4. Gestão dos
103 serviços, programas e projetos; 5. Gestão dos benefícios no SUAS; 6. Regionalização;
104 EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Objetivos
105 específicos: • Avaliar a atual situação da gestão orçamentária e financeira; •
106 Fortalecer o orçamento próprio; • Promover o conhecimento sobre o ciclo
107 orçamentário e suas peças; PPA – LDO – LOA -PPA ASSISTÊNCIA SOCICAL • Afirmar
108 junto aos gestores o compromisso do cofinanciamento da política de assistência social;
109 EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIA, PROCESSOS DE
110 PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO Objetivos específicos: • Avaliar e
111 compreender a concepção da vigilância socioassistencial, processos de planejamento,
112 monitoramento e avaliação; • Discutir e analisar a operacionalização da vigilância
113 socioassistencial, enfocando a utilização de todos os sistemas de informação, da
114 organização do diagnóstico socioterritorial e do mapeamento de vulnerabilidades. A
115 VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL ESTRUTURA-SE EM DOIS EIXOS: Vigilância de Riscos e
116 Vulnerabilidades – Responsabiliza-se pela produção, sistematização e análise de
117 informações territorializadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem
118 sobre famílias e indivíduos (DEMANDA).-Vigilância dos Padrões dos Serviços –
119 Responsabiliza-se pelas informações relativas ao tipo, volume e padrões de qualidade
120 dos serviços ofertados pela rede socioassistencial (OFERTA). EIXO 3: GESTÃO DO
121 TRABALHO Objetivos específicos: • Avaliar e reafirmar a concepção de gestão do
122 trabalho para o aprimoramento da gestão do SUAS e qualificação dos serviços,
123 programas, projetos e benefícios;• Discutir a gestão do trabalho na perspectiva da
124 implantação de quadros efetivos de funcionários, de planos de cargos, carreiras e
125 salários, de concurso público; • Qualificar o debate sobre a educação permanente na
126 assistência social. EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS Objetivos
127 específicos: • Avaliar os processos de acompanhamento dos serviços, programas e
128 projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em vista a qualidade e
129 efetividade dessas ofertas; • Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração
130 entre serviços, programas e projetos, tomando como parâmetro os níveis de
131 complexidade do SUAS: proteção social básica e especial; (FLUXOS / REFERENCIA E
132 CONTRA REFERRÊNCIA)• Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos, a
133 partir da sua estrutura: territorialidade, equipes de referência, acessibilidade,
134 equipamentos e horários de funcionamento. EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO
135 SUAS Objetivos específicos: • Avaliar os processos de acompanhamento da gestão dos
136 benefícios e transferência de renda; • Avaliar e fortalecer a gestão dos benefícios e
137 transferência de renda na assistência social, na perspectiva da garantia dos direitos dos
138 usuários e da consolidação do SUAS; • Avaliar a gestão dos processos de articulação e
139 integração entre serviços, benefícios e transferências de renda, na perspectiva da
140 intersetorialidade com as demais políticas públicas. EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO
141 Objetivos específicos: • Avaliar e fortalecer a gestão compartilhada e integrada dos

142 entes federados; Art. 13. Compete aos Estados: IV-estimular e apoiar técnica e
143 financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de
144 assistência social;V - prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de
145 demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no
146 âmbito do respectivo Estado. • Promover debate sobre o desafio da intersectorialidade
147 das políticas públicas, na perspectiva da regionalização; • Reconhecer as diversas
148 realidades socioeconômicas, culturais e étnicas e suas expressões. Convivência familiar
149 e comunitária / fluxos / equipes técnicas. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DAS
150 CONFERÊNCIAS A Resolução CNAS nº 36/2012, define o período de realização das
151 Conferências de Assistência Social de 2013. I. Conferências Municipais - prazo inicial:
152 08 de maio - prazo final: 09 de agosto de 2013; II. Conferências Estaduais e do Distrito
153 Federal - prazo final: até 18 de outubro de 2013; III. Conferência Nacional de
154 Assistência Social: 16 a 19 de dezembro de 2013. METODOLOGIA Fase Preparatória /
155 Fase Conferência, Fase Preparatória preparação documental que visa o trabalho
156 analítico que dará sustentação ao debate e às proposições da Fase Conferência;
157 recuperar a construção política e histórica do SUAS no município, cotejando esta
158 história com todos os avanços e desafios do SUAS; O arcabouço a ser construído
159 deverá ser feito considerando cada um dos seis eixos propostos para a IX Conferência
160 Nacional. Para tanto, esta fase preparatória pressupõe: Recuperar as deliberações das
161 conferências municipais anteriores; Agrupar e analisar as deliberações oportunizando
162 um momento de monitoramento e avaliação; Recuperar o Plano Decenal SUAS
163 Plano10; Fazer levantamento das responsabilidades municipais nas normativas
164 obrigatórias do SUAS: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Política Nacional de
165 Assistência Social (PNAS); Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência
166 Social (NOB/SUAS 2012); Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
167 (NOB-RH SUAS) e o Plano Municipal de Assistência Social; Agrupar esse conjunto da
168 documentação acima indicada à luz dos seis eixos da IX Conferência Nacional e, após
169 esta etapa, efetuar a análise; O CNAS disponibilizará instrumental a ser preenchido
170 pelo gestor juntamente com o conselho para a avaliação de cada item dentro dos seis
171 eixos temáticos; Fase Conferência A programação da conferência poderá incluir:
172 Momento de Abertura; Painéis, com apresentações sobre os temas constantes dos 6
173 eixos da conferência; Plenárias Temáticas, de caráter analítico e propositivo; Plenária
174 Final, que é momento de discussão e deliberação. A conferência será baseada no
175 trabalho feito na fase pré-conferência “na perspectiva do que foi concretizado e
176 também da análise da forma que vem sendo concretizadas e monitoradas essas
177 deliberações” O documento contendo a análise de cada eixo será discutido nos grupos;
178 O produto das plenárias temáticas será encaminhado para a plenária final – propostas
179 novas / deliberações a serem atualizadas / recomendações; PREPARANDO A
180 CONFERÊNCIA MUNICIPAL COMO DEVE SER REALIZADA A CONVOCAÇÃO DA
181 CONFERÊNCIA? O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, convoca a
182 Conferência em conjunto com o Prefeito; O Decreto de Convocação deve conter seu
183 objetivo, o município, a data da realização da Conferência, quem é o responsável
184 financeiro pelo evento; deve ser publicado no Diário Oficial e/ou jornal de maior
185 circulação no município. Esse deve ser amplamente divulgado nos meios de
186 comunicação local, como: rádio, jornais, faixas, cartazes, carro de som e outros
187 disponíveis. QUEM ORGANIZA A CONFERÊNCIA? Constituir uma Comissão Organizadora
188 no conselho, que deverá ser paritária. Ressalta-se a importância da designação de

189 equipe técnica pelo órgão gestor visando a operacionalização da Conferência,
190 juntamente com o Conselho. O CMAS pode convidar pessoas para auxiliar no processo
191 de realização da conferência. I - Coordenação Geral: II - Comissão de Temática e
192 Programação: III - Comissão de Infra-estrutura: IV – Divulgação e Adequação da
193 Conferência à Acessibilidade: V - Comissão de Regimento Interno e Credenciamento: VI
194 - Comissão de Relatoria: AS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ORGANIZADORA
195 SÃO: elaborar o orçamento; b) propor estratégias de mobilização e divulgação; c)
196 definir o local para a realização da conferência; d) preparar a programação; e) definir os
197 palestrantes; f) construir a minuta do regimento interno g) programar apresentações
198 culturais (opcional); h) prever a acessibilidade das pessoas com deficiência; i)
199 consolidar o Relatório Final e encaminhá-lo ao CEAS; QUAL O TEMPO IDEAL PARA A
200 REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA? * O CNAS sugere no mínimo dois dias, sendo que a
201 abertura poderá ser realizada na noite anterior ao início dos trabalhos. O CEAS/SC
202 sugere uma programação de no mínimo um dia.* Importante definir os dias da semana
203 para a sua realização, considerando a disponibilidade dos usuários, assegurando assim
204 a sua participação. COMO DEVE SER O CREDENCIAMENTO? deve ser realizado no
205 espaço da Conferência, sendo os participantes devidamente identificados; A ficha de
206 credenciamento deve conter os dados de identificação do participante e sua
207 representação 2. Identificação, no verso do crachá, de qual grupo de trabalho que o
208 participante irá compor. O crachá é um instrumento a ser utilizado nas votações dos
209 Delegados durante as Plenárias. É importante que esses sejam impressos em cores e
210 ou formatos diferentes para distinguir os delegados, dos observadores e demais
211 participantes da conferência. Não sendo possível, sugere-se que o mesmo seja
212 entregue somente delegados. Material da Conferência para serem entregues aos
213 participantes: Programação da conferência; Regimento Interno; Ficha para avaliação
214 do evento; Papéis para anotações e caneta; Outros documentos considerados
215 importantes pela Comissão Organizadora. COMO ORGANIZAR A ABERTURA
216 OFICIAL? Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Prefeito Municipal,
217 Gestor Municipal da Política de Assistência Social, Representante de
218 usuários, Representante de entidades, Representante dos trabalhadores da assistência,
219 Coordenador do Fórum de Assistência Social (caso o município tenha), Representante
220 da Câmara Municipal, Autoridades do Governo Estadual e ou Federal, Representantes
221 do CEAS e CNAS, O Presidente do CMAS deve ser a última autoridade a falar. Essa
222 ordem justifica-se por ser esse o anfitrião da Conferência e, ainda, porque após seu
223 pronunciamento, esse decretará a abertura da conferência. QUAL A FUNÇÃO DO
224 REGIMENTO INTERNO NA CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? É um conjunto de
225 normas que regem o funcionamento da Conferência. Esse deve dispor sobre: (início ao
226 fim da conferência) o tema, objetivo, local, data, critérios para o credenciamento, a
227 dinâmica dos painéis, dos trabalhos em grupo, dos debates, das moções, da votação de
228 propostas, da eleição dos delegados e do Relatório Final. PARA QUE SÃO REALIZADOS
229 GRUPOS DE TRABALHO? são realizados para garantir o aprofundamento da discussão
230 do tema e dos painéis; Cada grupo contará, no mínimo, com um coordenador e um
231 relator dos trabalhos. As propostas serão apresentadas e votadas na Plenária Final da
232 Conferência. O QUE É PLENÁRIA FINAL DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL? É um espaço
233 que tem caráter deliberativo, constituído pelos delegados, devidamente
234 credenciados; Discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos
235 grupos de trabalho e das moções; Nesse espaço são eleitos os delegados para

236 participar da conferência estadual de assistência social.QUEM PARTICIPA DA
237 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?Todos os cidadãos podem
238 participar das conferências municipais, desde que devidamente credenciados, na
239 condição de: Delegados, com direito a voz e voto. Convidados e observadores, com
240 direito a voz.QUEM PODE SER DELEGADO EM UMA CONFERÊNCIA
241 MUNICIPAL?Representantes governamentais; Representantes da sociedade civil,
242 dentre os segmentos: entidades de assistência social;entidades de trabalhadores da
243 Assistência Social;usuários e organizações de usuários.Os conselheiros (titulares e
244 suplentes) do Conselho Municipal de Assistência Social são delegados natos; QUEM
245 SÃO OS CONVIDADOS E OBSERVADORES?Representantes das Universidades, do Poder
246 Legislativo Federal, Estadual e Municipal, do Judiciário, do Ministério Público, dos
247 Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos; Pessoas que defendem a política de
248 assistência social; Cabe aos CMAS definirem quem serão os sujeitos sociais a serem
249 convidados. Dessa apresentação surgiram alguns questionamentos quanto a
250 quantidade de delegados para a Conferência o qual ainda estamos aguardando as
251 orientações do CNAS e também representação dos trabalhadores nas conferências se
252 o mesmo estará representando o governo ou a sociedade civil. A Conselheira Livia
253 menciona que não entende como um trabalhador representa governo. Percebe que há
254 uma diferença entre o trabalhador que está no cargo de chefia, este está como gestão,
255 mas o trabalhador da ponta compõe o segmento da sociedade civil pois está
256 representando a classe trabalhadora. A Sra Marliange integrante do Fórum Estadual
257 dos Trabalhadores de Assistência Social coloca que esse também é o pensamento do
258 Fórum Estadual e Nacional. A Conselheira Vânia concorda no entanto ressalta o que
259 está escrito nos informativos do CNAS, informativo 2 passo a passo: Quem são os
260 trabalhadores do SUAS? A Resolução do CNAS nº 23, de 16/02/2006, em seu art. 1º
261 estabelece: “Como legítimas todas as formas de organização de trabalhadores do setor
262 como, associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais
263 sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem
264 e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na
265 política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência
266 Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência
267 Social.” Resolução CNAS nº 17/2011, que ratifica a equipe de referência definida pela
268 Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência
269 Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para
270 atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de
271 gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. É preciso realmente estudar
272 mais essa questão. Foi perguntado também sobre o local da conferência: A Presidente
273 Solange informa que ainda não esta definido o local pois depende do processo
274 licitatório. A presidente do CEAS refere que o Conselho gostaria de propor uma moção
275 de agradecimento e louvor que será dirigida a equipe de Joinville e as pessoas que
276 fizeram a diferença para a realização dessa plenária: pessoal de apoio na alimentação,
277 na limpeza, no som e todos as instituições e órgãos envolvidos. Colocada proposta ao
278 pleno sendo esta aprovada por todos. A Presidente também agradece a todos os
279 conselheiros, aos trabalhadores, aos gestores que fizeram parte dessa plenária. A
280 Presidente passa a palavra aos representantes do FEPAS e do FETSUAS para informes:
281 A Conselheira Carol representante do FEPAS pede que se registre em ata a carta do
282 FEPAS e do FETSUAS e encaminhamento para o CEAS. A Presidente Solange solicita a

283 presença da Fabiana Presidente do CMAS de Joinville, a Secretária de Assistência Social
284 Tânia que estava presente hoje pela manhã mas em função da agenda do CEAS, não foi
285 possível cumprimentar a todos. Foi aberta a palavra a Presidente do CMAS de Joinville
286 Sra. Fabiana agradece a todos por virem a Joinville e refere que com muito carinho foi
287 preparado cada detalhe em parceria com todo o município pois ninguém faz nada
288 sozinho. Foi um evento de grande importância. Refere que a Secretária não pode estar
289 presente no período da tarde, mas agradeceu a presença de todos e que se coloca
290 sempre a disposição. A Presidente informa que também está presente a Sra. Mara que
291 representa a Fundação Cultural que foi quem cedeu o espaço e solicita a apresentação
292 da mesma: ela agradece a presença de todos, ao CMAS de Joinville, ao CEAS e ao
293 CNAS e que esses momentos são importantes para a profissão e para o crescimento da
294 Assistência Social e em nome da Fundação Cultural e do Presidente Rodrigo Coelho
295 que também é vice-prefeito do município e devido a agendas não pode estar presente,
296 sabe que é um espaço cultural mas a cultura tem que estar em sintonia com a
297 assistência que é um desejo do presidente por isso a realização desse evento. A
298 Presidente Solange deixa aberta a palavra aos conselheiros estaduais. O Conselheiro
299 Jerônimo refere que essa Plenária foi realmente um aprendizado para todos com a
300 presença da presidente e vice-presidente do CNAS que proporcionou até mesmo nas
301 conversas de corredores esclarecimentos com relação ao orçamento que servirão para
302 nossas futuras plenárias. Deseja a todos um bom retorno e boa viagem e que a
303 Secretaria de Estado esteja sempre a disposição. O conselheiro Sergio refere em nome
304 do segmento dos trabalhadores e da sociedade civil que realmente esse momento foi
305 de grande aprendizado, riquíssimo e parabeniza a Presidente Solange na condução
306 desse processo, na perseverança e insistência para a realizá-lo. A Conselheira Vânia
307 também refere que essa plenária aconteceu porque Solange a fez frente para a
308 realização. A Presidente Solange refere que tudo isso foi pensado com muito carinho e
309 agradece a presença de todos e que todos tenham um bom retorno. Damos por
310 encerrada a nossa Plenária Descentralizada e Ampliada realizada no município de
311 Joinville. Diante da solicitação do FETSUAS e FEPAS segue a carta: Carta Aberta: O
312 SUAS em Santa Catarina pede Socorro! A consolidação do Sistema Único de Assistência
313 Social – SUA – em Santa Catarina exige luta e organização. O processo de implantação
314 e consolidação do SUAS em Santa Catarina está seriamente comprometido em razão
315 do histórico descaso do Governo com a gestão financeira e orçamentária do SUAS. Esta
316 questão tem implicado, historicamente, na aprovação de orçamentos que não
317 traduzem as necessidades da Assistência Social e, dessa forma, restringe o
318 desempenho dos municípios e acarreta para o Estado indicadores preocupantes de
319 desenvolvimento do SUAS em âmbito nacional. A história de luta pela recomposição e
320 ampliação dos recursos para a Assistência Social protagonizada pelo CEAS/SC e pelos
321 Fóruns em 2013 não obteve êxito, uma vez que a proposta defendida pelo CEAS/SC
322 de R\$ 172.021.400,00/ano não foi considerada, sendo aprovada a LOA/2013 no valor
323 de R\$ 21.219.517,00 proposta pelo Governo Estadual, a qual foi reprovada pela
324 Resolução CEAS nº 29 de 13 de novembro de 2012. Tal situação resulta,
325 evidentemente, em mais um ano sem avanços e saltos na estrutura da política no
326 Estado. Soma-se a este quadro a dependência do financiamento da Assistência Social
327 ao Fundo Social, fundo paralelo ao FEAS, veementemente combatido e que coloca em risco a
328 condição fundante do SUAS do repasse fundo a fundo, com estabelecimento de
329 critérios de partilha pactuados pelas instâncias de direito e controle social. Não se

330 pode admitir que mais nenhum centavo destinado à assistência social não esteja
331 depositado no FEAS, passível de controle social, e que políticas de governo, como o
332 Pacto Social e o Programa Santa Renda, sejam conduzidas paralelamente e à margem
333 do processo deliberativo do controle social. Se não bastasse, está em curso pelo
334 Governo Estadual o desmonte do CEAS/SC, órgão de excelência de controle social, com
335 a precarização da estrutura de pessoal e administrativa que limita a atuação e
336 restringe o desempenho das atribuições essenciais do Conselho e com tentativas de
337 ingerência sobre a autonomia deliberativa do Conselho. Recente edição de Instrução
338 Normativa 001/2013 pelo secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho e
339 Habitação que “dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos (as) secretários
340 (as) executivos (as) e pelos Conselhos vinculados a SST”, é uma afronta à autonomia
341 dos Conselhos e à atuação dos trabalhadores e tem mobilizado os diversos conselhos
342 junto as demais instâncias, como o Ministério público e o MDS. Entidades
343 Socioassistenciais, Trabalhadores/as do SUAS, Usuários/as, Militantes, Gestores
344 Municipais, Conselheiros/as! É necessário que estejamos suficientemente alertas e
345 organizados para interferir a elaboração da LOA 2014, uma vez que o orçamento é
346 uma peça que traduz o compromisso do Estado com a Assistência Social em Santa
347 Catarina. É chegada a hora da mudança, de fazer valer a vos da insatisfação de
348 trabalhadores, entidades, conselheiros/as, usuários/as, gestores diante do orçamento
349 público para a Assistência Social, exigindo efetiva alteração. Queremos que o Estado
350 assuma de fato a sua função protetiva nos marcos da assistência social, com um
351 financiamento à altura do status de política pública. Para tanto, a sociedade civil
352 organizada reafirma suas lutas: 1) pelo reordenamento da Secretaria de Estado de
353 Assistência Social, Trabalho e Habitação, nos moldes de um Comando único, conforme
354 as regulamentações relativas à PNAS, ou seja, constituição de uma secretaria
355 específica de Assistência Social com infraestrutura adequada e quadro de recursos
356 humanos necessários a gestão estadual; 2) Pela recomposição do quadro dos
357 trabalhadores e trabalhadoras da Assistência Social, por meio de concurso público,
358 com a destinação de recursos específicos para a garantia de condições de trabalho e
359 para a remuneração de trabalhadores concursados e cumprimento das demais
360 prerrogativas da NOB/RH (Plano de Cargos, Carreira e Salários e Plano Estadual de
361 Capacitação); 3) Pela garantia de receita vinculada para investimento na área da
362 assistência social do total arrecadado pelo Estado, em conformidade com as
363 deliberações das Conferências de Assistência Social; 4) pela instalação da Mesa
364 Estadual Permanente de Negociação do SUAS; 5) Pela extinção do Fundo Social, na
365 condição de fundo paralelo às ações de Assistência Social. É urgente que o Estado
366 recupere definitivamente o seu papel de apoiar os municípios na implementação e
367 consolidação do SUAS, por meio da garantia de monitoramento e avaliação, da
368 expansão dos recursos de cofinanciamento via fundo a fundo, das proteções social
369 básica e especial, dos benefícios eventuais, da construção de equipamentos, da
370 realização de diagnóstico das demandas dos municípios e das demandas regionais
371 para implementação/expansão dos CREAS e CRAS e consórcios microrregionais, de
372 realização de capacitação e fortalecimento do controle social e das instâncias de
373 Pactuação de Gestão. Assistir a Política de Assistência Social ascender à cena pública é
374 histórico e todos temos uma posição estratégica e um compromisso inadiável com a
375 tarefa da consolidação do SUAS no Estado, na medida de expressão do nosso potencial

376 organizativo e de luta. FEPAS E FETSUAS. Eu, Roseane Zacchi, secretária executiva do
377 CEAS, lavrei a presente ata.